

Medina nos EUA: o Brasil não afunda sozinho.

Se o Brasil afundar econômica ou politicamente, não afundará sozinho. A América Latina, de um lado, e o sistema bancário internacional, de outro, afundarão com ele.

O deputado pedessista Rubem Medina, segundo parlamentar mais votado no Rio de Janeiro, explicou ontem aos empresários norte-americanos, alunos e professores da Universidade John Hopkins, em Washington, que estava falando "como



O deputado Rubem Medina falou ontem na Universidade John Hopkins

cidadão brasileiro dialogando com cidadãos norte-americanos" — afastando, dessa forma, qualquer tentativa de se identificar como porta-voz do governo brasileiro. Ele foi convidado pelo diretor do Instituto de Estudos Internacionais Avançados da Universidade, Riordan Roett, a debater a situação brasileira.

— Em 1983, os brasileiros estão vivendo um drama semelhante ao que vocês viveram em 1929. E vão superá-lo... se vocês, e todos os povos do mundo, aprenderem a nos conhecer melhor e a confiar em nós.

Mas por que o Brasil chegou a dever tanto? — foi uma das perguntas. Medina culpou, em primeiro lugar, os próprios brasileiros, que não souberam resistir às ofertas de empréstimo dos bancos que desejavam remunerar cada vez mais alto os seus

depositantes", numa época em que "os petrodólares eram fáceis, caudalosos e sem compromisso de fidelidade com qualquer instituição financeira".

Entretanto, ele destacou que os empréstimos foram usados não "para financiar a compra de bens superfluos", mas para que o País tivesse "direito a um futuro", através da pesquisa do petróleo, por meio do desenvolvimento do projeto do álcool,

da colonização da Amazônia, da produção de alimentos e da garantia de emprego "aos três milhões de brasileiros que ingressam a cada ano no mercado de trabalho".

E em que novas "condições de prazos e juros o Brasil poderá pagar sua dívida?", foi outra pergunta. Medina citou como garantias de pagamento os minérios de Carajás, as reservas de ouro, ferro e outros metais "avaliados por peritos internacionais em cerca de 600 bilhões de dólares, seis vezes o total de nossa dívida externa". Segundo ele, "nosso problema é de liquidez e não de solvência". Ele apresentou ainda algumas sugestões, entre as quais a transformação automática dos juros a vencer nos próximos dois anos em empréstimos a longo prazo, com carência mínima de três anos.